

CONSTITUINTE

ANC

pag. 5

(Pres. Rep. - Mandato)

Aliança limita soberania e adia definição do mandato de Sarney

por Francisca Stella Fagá de Brasília



Luiz Henrique

tivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

Luiz Henrique e José Lourenço concordaram também com o sistema de funcionamento das comissões previsto no substitutivo. Serão oito comissões, além da comissão de sistematização. A formulação das disposições transitórias, entre as quais se inclui o mandato do presidente Sarney, será distribuída entre as oito comissões, conforme o assunto.

Não houve entendimento entre os dois líderes sobre o funcionamento da Câmara e do Senado e sobre a iniciativa popular. José Lourenço pretende que o Congresso funcione ordinariamente, apenas adaptando seus horários ao funcionamento da Constituinte. Luiz Henrique defende o funcionamento extraordinário, apenas para decidir assuntos de relevância. José Lourenço não concorda

com a disposição do substitutivo que permite a grupos de 30 mil cidadãos apresentar projetos à Constituinte. Segundo Luiz Henrique, porém, o líder do PFL mostrou-se flexível nessa questão.

As negociações deverão prosseguir entre os demais líderes partidários até o desejado acordo.

Como líder do PFL, o deputado José Lourenço afirmou que em hipótese alguma apoiaria a iniciativa de seu correligionário Saulo Queiroz, secretário geral do partido. Saulo Queiroz anunciará na véspera sua disposição de apresentar um projeto de decisão fixando em seis anos o mandato de Sarney.

"Consultei diversos juristas e eles entendem que esses tais projetos de decisão são inocuos", disse José Lourenço. A Constituinte em vigor, acrescentou, somente pode ser alterada por dois terços do Congresso. "A iniciativa de Saulo Queiroz foi uma decisão individual", disse.

Os projetos de decisão, de acordo com o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, terão a finalidade exclusiva de salvaguardar a Constituinte, protegê-la contra qualquer ameaça ao seu livre funcionamento. Nenhuma das redações até agora cogitadas para disciplinar os projetos de decisão sugere, ainda que remotamente, a possibilidade de eles se destinarem a alterar o mandato do presidente Sarney. Essa definição, disse, deverá dar-se

no final dos trabalhos da Constituinte, nas disposições transitórias da nova Carta.

José Lourenço fez na sexta-feira, pela primeira vez, uma ressalva às suas declarações anteriores em defesa da duração de seis anos do mandato de Sarney. "Sou suficientemente pragmático para considerar que a duração do mandato dependerá do desempenho do governo", disse. Nesse período, afirmou, há indícios de que a economia está indo bem, diante da confirmação de índices inflacionários inferiores aos esperados. "Sei, porém, que quando a economia vai mal, todo o resto vai mal, inclusive a política", disse.

A questão do mandato, segundo Luiz Henrique, não está em pauta de discussão do PMDB. A prioridade absoluta da Constituinte, nesse momento, deve ser a aprovação do regimento interno. Foi por essa razão que ele antecipou para sexta-feira seu retorno a Brasília. Além de um encontro com José Lourenço, marcado para a noite de sexta-feira para discutirem um possível acordo sobre as questões polêmicas do regimento, Luiz Henrique propôs a dedicar-se a mobilizar seus companheiros de partido para a aprovação do regimento nessa semana.

O partido, no entanto, segundo Luiz Henrique, tem uma posição clara sobre o mandato de Sarney: no mínimo quatro anos e no máximo seis.

PMDB vai mobilizar a sua bancada para votação do regimento

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, afirmou sexta-feira que é da maior importância a aprovação do regimento interno da Constituinte na próxima semana, para iniciar a elaboração do texto da nova Constituição. Lembrou que a opinião pública não aceita mais que "nós retardemos tanto a aprovação do regimento".

Informou que antecipou sua volta a Brasília para cuidar da mobilização de sua bancada para a votação da matéria e para dar continuidade aos entendimentos com as demais lideranças partidárias para a aprovação do regimento, segundo informou a EBN.

Segundo ele, o PMDB não abrirá mão do funcionamento da Câmara e do Senado, "em caráter excepcional", durante os trabalhos da Constituinte, uma vez que não haverá tempo para o funcionamento normal das duas Casas e da Constituinte. Observou que a proposta do partido, que consta do regimento interno, não trata do fechamento das Casas mas, sim, procura dimensionar o funcionamento, restringindo-o aos casos de urgência e matérias de relevância nacional e de convocação extraordinária.

Para Luiz Henrique, não há como funcionar Câmara, Senado, Congresso e Constituinte ao mesmo tempo, uma vez que as comissões deverão reunir-se de manhã, as sessões plenárias serão à tarde e até à noite. Quanto ao funcionamento do Legislativo para a análise de matérias urgentes e relevantes, o líder acha que a apreciação dessas matérias poderá ser feita nos finais de semana e até mesmo às segundas-feiras. Para aprovação do regimento na próxima semana, de acordo com Luiz Henrique, terá de haver certos acordos, pois há mais de cem pedidos de destaque para votação e só a votação desses destaques demandará mais de dez dias, já que a votação terá de ser nominal para cada destaque. Ele tentará nos próximos dias um acordo para solucionar o impasse dos destaques. No entanto, "se não houver um acordo com as lideranças para a retirada dos destaques vamos ter de colocar os assuntos em votação e gastarmos muito mais tempo para a aprovação do regimento", concluiu o líder pemedebista.

Deputado acha que falta sintonia com o povo

"Não adianta construir artificialmente uma maioria congressual sem a sintonia com a praça pública, pois Figueiredo também tinha maioria no Congresso e o regime caiu."

A afirmação é do presidente do PMDB baiano, deputado Genebaldo Correia, a propósito das tentativas do PFL de isolar o PMDB e assumir a dianteira na sustentação ao governo Sarney, informou a Agência Globo.

O PODER PELO VOTO DIRETO

Segundo Genebaldo Correia, o PMDB tem compromissos com o presidente Sarney e tem sustentado

sua política em todos os momentos, "inclusive na conjuntura atual, tão difícil".

"Mas, ressalta, "é preciso entender que o PMDB tem outro compromisso programático, que é chegar ao poder pelo voto direto, e, por isso mesmo, não pode extremar seu apoio ao governo ao ponto de quebrar seus compromissos com o povo."

O presidente do PMDB baiano considera um equívoco pensar que o PFL, "mesmo engordando com o PTB, PDS e uma fatia do PMDB, tem condições de dar sustentação ao governo do presidente".

Maciel critica precipitação

"Eu acho que não é uma matéria que deva ser suscitada agora, muito menos como projeto de decisão", afirmou na sexta-feira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, a respeito da intenção do deputado Saulo Queiroz, do PFL, de apresentar projeto à Constituinte, definindo logo em seis anos o mandato do presidente José Sarney, informou a EBN.

"Eu considero que essa é uma matéria", continuou o ministro "que inevitavelmente será discutida por ocasião dos debates das partes substantivas da Constituição e não acho que deva ser essa uma discussão precipitada como encaminhamento de um projeto de decisão".

O ministro Marco Maciel disse que é favorável a um mandato presidencial com cinco anos de duração, sem direito à reeleição, de acordo com a "tradição republicana", mas adiantou que,

no caso do presidente José Sarney, ele deve permanecer os seis anos, "porque foi sob o regime da Constituição de que o presidente jurou o seu compromisso".

O ministro afirmou ainda que "além disso, o presidente Sarney tem o direito a esse mandato de seis anos, porque ele jurou seu compromisso perante uma Constituição que lhe assegurava esse prazo, e ele tem, posso assim dizer, direito adquirido ao cargo". E lembrou também que o presidente está cuidando da transição política: "E essa transição passa por dar ao presidente o mandato que lhe faculte executar essa transição política e o ponto ápice dessa transição é a Constituinte".

O ministro Marco Maciel disse também que não foi consultado pelo deputado Saulo Queiroz, de quem é amigo e conterrâneo, de Pernambuco e do PFL, e

por isso não acha correto que se faça uma relação entre o que pensa o deputado, recebido por ele, no Palácio do Planalto, e o que ele acha do assunto, como ministro e pessoalmente.

"E faço minhas as palavras que o presidente transmitiu à imprensa através do porta-voz", completou Marco Maciel. Na sexta-feira de manhã, o porta-voz Frota Neto afirmou que o presidente não

teve conhecimento antecipado da iniciativa do deputado Saulo Queiroz.

"Eu quero dizer que o gesto do deputado foi estritamente pessoal", afirmou o ministro. Ele declarou que "o projeto de decisão é algo que não foi sequer definido no regimento, porque ainda estamos numa fase preliminar de negociação e, em hipótese alguma, pode versar sobre matéria dessa natureza".

Queiroz mantém plano de apresentar projeto

por Edson Beú de Brasília

O deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) saiu de uma audiência de quase duas horas com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, na noite da última sexta-feira, determinado a manter sua decisão de valer-se do polêmico projeto de decisão, para confirmar o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, caso esse dispositivo seja aprovado nos termos propostos pelo relator do regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

O projeto de decisão fere os interesses do governo e é tacitamente repellido pelo PFL. Mas, Saulo Queiroz, apesar de também condenar o dispositivo, explicou a Marco Maciel que não abrirá mão do direito de usar as prerrogativas porque poderão ser criadas pela proposta definida no parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do relator da matéria.

O secretário geral da legenda pefelista disse que "o ministro não fez nenhuma ponderação contrária" e que muito menos considerou a sua decisão inoportuna para o Executivo. A idéia passada pelo deputado é a de que Marco Maciel

lavou as mãos para o problema. "O ministro não concordou nem discordou, mas ratificou a posição do governo, contrária ao projeto de decisão de uma forma geral", explicou ele.

Horas antes, uma declaração do porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, segundo a qual o presidente José Sarney era contra qualquer projeto de decisão, tinha causado um verdadeiro frenesi nas lideranças do PMDB. Mas, o ministro Marco Maciel procurou logo corrigir a informação, explicando ao líder pemedebista na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique, que a opinião manifestada através do porta-voz referia-se especificamente para o eventual caso de o dispositivo ser usado para regulamentar mandato presidencial ou alterar, indiscriminadamente, a Constituição em vigor.

Mas, um assessor do ministro acha que Frota Neto cometeu um ato falho, que terminou expressando o real pensamento do Executivo, porém, tanto no PFL como no PMDB, segundo palavras de Saulo Queiroz e do deputado Nelson Jobim, o fato de o presidente ser contra o dispositivo passou a ser um problema irrelevante.

Montoro diz que PMDB "permanecerá intacto"

O governador Franco Montoro de São Paulo afirmou, na sexta-feira, que "nossos adversários instigam para que o PMDB se divida", rebatendo insinuações de que o partido poderia ser fracionado até a promulgação da nova Constituição. "O PMDB derrubou a ditadura e permanecerá intacto, sem procurar imitar organizações políticas, mesmo européias ou norte-americanas", concluiu o governador.

Montoro presidiu do Palácio dos Bandeirantes sua

última solenidade, entregando trinta ambulâncias para entidades assistenciais.

"Raspei o fundo do tacho", brincou o governador ao fazer um breve balanço de sua administração: "Zerou o déficit público, contratou 57 mil funcionários, todos por concurso; as estatais em São Paulo deram lucro, deu início à construção de miniusinas hidrelétricas (a China tem 72 mil delas); e construiu estradas que fazem duas vezes a Transamazônica."